

OS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS E OS ARTEFATOS CULTURAIS

TRAINING CURRICULUMS OF LIBRARY INTERPRETERS AND CULTURAL ARTIFACTS

Sônia Marta Oliveira

RESUMO: O currículo de formação de tradutores intérpretes de libras é um pilar que deve elencar a cultura, os saberes, os valores dos grupos que constituem o ambiente educacional e o formar torna-se um complexo de relações e espaços no qual se espera que o conhecimento seja construído nos enredos das dimensões sociais, políticas e culturais. Dessarte, educar e formar traz diferentes significados. Nesse implexo de relações, as diferenças culturais, muitas vezes, são compreendidas pelo viés do senso comum, fundamentando-se na suposição de que as comunidades culturais diferentes do “nosso grupo” são grupos minoritários, considerados radicais. Entretanto, as culturas nesses espaços são construídas histórica e socialmente onde os sujeitos exercem funções ativas e buscam apoderar-se do conhecimento para se posicionarem no mundo. Ao discutir o currículo dos cursos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais – TILS – que foram criados tendo como diretriz os dispositivos legais que reconhecem a língua de sinais – Lei 10.436/2002 e o decreto 5626/2005. A partir desses instrumentos, os cursos de graduação na área de tradução e interpretação de língua de sinais tem se alargado pelas regiões brasileiras. Anterior a essa legislação, a formação desse profissional caminhou, durante muito tempo de forma empirista e na informalidade, sendo realizado, basicamente, por instituições religiosas, associações e federações de surdos, sem um olhar para os conteúdos curriculares. Buscando uma discussão em torno da cultura surda, como eixo norteador da relação do sujeito surdo com os conteúdos, este artigo intenta elencar os caminhos traçados pelos currículos dos cursos de graduação de TILS para contemplar a cultura surda em suas grades, e esclarecer se a forma como os artefatos culturais surdo que são abordados nesses cursos propiciam ou não uma imersão no universo surdo. Um levantamento de cunho qualitativo e bibliográfico em universidades federais da região sudeste aponta que os artefatos culturais surdo são apresentados em disciplinas que discorrem sobre a cultura surda de forma global sem apresentar uma interdisciplinaridade cultural surda entre os conteúdos mediados ao longo do curso. Essa investigação está embasada no estudo da pedagogia crítica de Jurjo Torres Santomé (2011) que advoga da ideia de que o currículo deve conter as “vozes dos outros”, seus desejos e anseios evitando situações de injustiça ou opressão; nos estudos surdos de Ronice Müller de Quadros (2003); Gladis Perlin (2006), Strobel (2014); entendendo que a cultura do surdo e sua história devem ser concebidas na perspectiva

da compreensão cultural, no diálogo entre culturas. Suas diferenças, seus valores e suas representações culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Cultura, Tradutor Intérprete, Formação, Ética.

ABSTRACT: The curriculum is a column that should list the culture, the knowledge, the values of the groups that constitute the school space, and educate becomes a tangle of relationships, spaces, in which knowledge is expected to be built in the meanderings of social, political and cultural. That put, educate, form, carries with it different meanings. In this tangle of relationships, cultural differences are often understood by the common sense bias based on the hypothesis that the cultural groups and communities other than the "our group" are ghettos, considered radical. However, cultures in these spaces are built historically and socially where subjects play active roles and seek to seize knowledge to position themselves in the world. The undergraduate courses that form the interpreter of sign language interpreters - TILS - were created with the legal provisions that recognize sign language as a guideline - Law 10.436 / 2002 and decree 5626/2005. From these legal provisions, the opening of undergraduate courses in the area of sign language translation and interpretation has expanded in the Brazilian regions. Before this legislation, the formation of this professional walked for a long time with an empiricist vision and in the informality being realized by religious institutions, associations and federations of deaf people without a more accurate look at the curricular contents of these formations. Looking for a discussion around the deaf culture as the guiding axis of the relation between the deaf subject and the language, this article tries to list the paths drawn by the curricula of the undergraduate courses of TILS to contemplate the deaf culture in its grids and if the way the artifacts cultural deaf are addressed in these courses provide an immersion in the deaf universe. A qualitative and bibliographical survey in federal universities in the southeast region indicates that the deaf cultural artifacts are presented in disciplines that talk about the deaf culture in a shallow and distant way of the deaf visibility. This research is based on the study of the critical pedagogy of Santomé (2011) that advocates the idea that the curriculum should contain the "voices of others", their desires and desires avoiding situations of injustice or oppression; in the deaf studies by choosing Quadros (2003), Perlin (2006), Karin Strobel (2014); as readings that contribute to conceive that the culture of the other deaf, its history, must be conceived in the perspective of cultural understanding, in the dialogue between cultures. Their differences, their values and their cultural representations.

KEYWORDS: Curriculum, Culture, Translator Interpreter, Training, Ethics.

INTRODUÇÃO

No processo de educação deve-se conceber a ideia de que as experiências, as histórias do outro, das minorias precisam ser partilhadas, conhecidas e consideradas, com o objetivo de propiciar ao aluno o conhecimento de outras culturas e de outros olhares.

Ao conceber o currículo como lugar de significados diferentes sobre o político, o cultural e o social, e ao construir esse instrumento distante dos padrões hegemônicos, é necessário, pois, discutir a construção de um documento pautado na diferença, para que este possa, de fato, contribuir com uma formação que atenda às necessidades reais de quem aprende e apreende.

Educar é permitir-se, nesse emaranhado de relações, aprender com o outro, conhecer o jeito do outro de se colocar no mundo. Mas como dizer da própria cultura sem conhecer a cultura do outro? Essa questão aponta para os cursos de graduação que formam os tradutores e intérpretes de língua de sinais (TILS), criados sob as diretrizes dos dispositivos legais que reconhecem a língua de sinais, Lei 10.436/2002 e o Decreto 5626/2005 que orientam a formação de TILS através de cursos de extensão, graduação específica e pós-graduação na área de língua de sinais. A organização dos cursos de graduação para a formação do TILS tem, como modelo, o currículo do curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nas modalidades à distância e presencial, uma vez que foi a primeira instituição a ofertar essa modalidade de formação.

Desde 2008, o número de cursos de graduação, na área de tradução e interpretação de língua de sinais, tem crescido. Atualmente há sete universidades públicas federais de quatro regiões brasileiras que oferecem cursos de graduação na modalidade presencial que formam o tradutor intérprete: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado de Goiás, Universidade Federal de Roraima.

Anterior à legislação, a formação deste profissional caminhou, durante muito tempo, com uma visão empirista, sendo realizada, basicamente, por instituições religiosas, associação de surdos apenas na informalidade, no entanto, atualmente, ganha espaço nas academias. O acesso à academia desloca e aponta questões relevantes sobre delineamento deste profissional na sua relação com a comunidade surda neste novo contexto de graduação, pois a profissão também ganha status uma vez que as atividades profissionais dos TILS, no Brasil, despontaram na década de 1980 em organizações religiosas e nas comunidades surdas (SANTOS, 2013).

Nos Movimentos Surdos e nesses espaços ainda incipientes, a figura do tradutor intérprete era vista pelos surdos como “aquela pessoa que quer aprender minha língua para se comunicar comigo e colaborar com meu grupo de alguma forma”. No entanto, a atividade interpretativa surgiu e se instituiu pela ação de pessoas que experienciaram uma precisa relação em comum com os surdos que, pela necessidade de inserir sua fala para a sociedade requisitaram outras pessoas, que sabiam sua língua e cultura, para intermediarem e/ou interpretarem para um terceiro aquilo que ouviam. Nessa trama relacional, a profissão foi se constituindo (NASCIMENTO, 2011).

No final da década de 1980 e no começo da de 1990, um grupo de TILS, sob a organização da FENEIS¹, inaugurou uma interlocução sobre as atividades interpretativas, buscando dar andamento à profissionalização desta atividade laboral. Foram realizados dois encontros nacionais de intérpretes promovidos pela FENEIS (1988 e 1992). O segundo encontro teve grande relevância para esse grupo de profissionais, uma vez que foi votado e aprovado o primeiro Código de Ética da profissão e a criação do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS, que passa a ser o primeiro instrumento a regular a atividade interpretativa do TILS através de bancas de avaliação de proficiência linguística e emissão de certificados para os profissionais considerados aptos e reconhecidos pela comunidade surda (QUADROS, 2004)

¹Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

Os TILS, que exerciam essa atividade, eram provenientes de instituições religiosas e das famílias de surdos. Para além do trabalho da igreja, os CODAS² da mesma forma atuaram e converteram-se em pessoas respeitáveis para a validação da interpretação no Brasil.

Essas primeiras práticas de interpretação, influenciadas pelos aspectos contextuais, foram determinantes para a discussão no processo de formação e atuação profissional de TILSP fora desse contexto, uma vez que grande parte dos TILSP atuantes, atualmente, tiveram suas primeiras experiências com interpretação de língua de sinais dentro das comunidades religiosas a que pertencem (ou pertenceram). Dado significativo para a constituição de uma postura interpretativa que guarda respingos da prática religiosa e assistencial (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 89).

As reuniões e encontros deste grupo de intérpretes, com o objetivo de cruzar vivências e rascunhar a possibilidade da construção de um coletivo foi um caminho importante para a consolidação da profissionalização.

De acordo com Santos (2013), a organização política e associativa dos TILS foi de extrema valia para a promoção profissional, status social e composição como coletivo. Essa coletividade cooperou substancialmente nos direitos linguísticos dos surdos que teve os TILS como colaboradores em seus movimentos pela sua inserção na sociedade.

Esses movimentos embalados, especialmente, pela tenacidade da comunidade surda em resistir aos discursos clínicos, que viam a surdez como deficiência, e a luta pelo reconhecimento legal da língua e de uma visão socioantropológica sobre o sujeito surdo, implantaram instrumentos legais que fundaram, mesmo aquém de uma política linguística, mas embasados em uma política de inclusão, os direitos de uso da Libras pelos surdos (MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

Os mecanismos legais foram instrumentos que afirmaram um movimento viável, praticável dos surdos em seus estados linguísticos e na sua visualidade que é, entendida como produto da cultura surda na relação visual com a língua, no relato de

²*Childrens of Deaf Adults – Filhos de Pais Surdos*

histórias, do olhar, da abstração visual organizada e construída na língua de sinais, e que descortinaram, após esse reconhecimento legal, um espaço de trabalho no tocante à educação, tradução e interpretação, oportunizando outro olhar sobre o surdo, seus direitos, seus saberes e seus movimentos (OLIVEIRA, 2015; MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

A Lei 10.436/02, exaustivamente citada em qualquer publicação sobre a questão dos surdos e da Libras após 2002, bem como o seu Decreto regulamentador, 5.626/05, foram documentos que, para além de estabelecer uma circulação e inclusão possível dos surdos em suas condições visuais e linguísticas na sociedade brasileira, abriram, a partir deste reconhecimento, campo de trabalho em relação ao ensino, tradução e interpretação da Libras, pois opera na configuração de uma nova “interpretação” do que seja o surdo e de seus direitos: saberes postos em luta (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 92).

Além disso, o Decreto anteviu que, antes ao início da formação, uma certificação de caráter normativo para a atuação dos profissionais da tradução e interpretação da língua de sinais deveria ser organizada, e, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Ministério da Educação (MEC), respeitando as diretrizes do Decreto, empreendeu, no ano de 2006, o primeiro Exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS) com o objetivo de avaliar o entendimento e a elaboração na língua de sinais (QUADROS, 2009), oportunizando aos outorgados um certificado profissional para a atuação como tradutores e intérpretes de Libras/Português e para professores de Libras.

Como reportado anteriormente, no ano de 2008, a UFSC lançou o primeiro curso de bacharelado em Letras Libras, tradução e interpretação do Brasil, em consórcio com o MEC, e ofertado à distância para quinze polos em instituições públicas parceiras, formando, no ano de 2012, cerca de 400 tradutores e intérpretes de libras e português, propiciando, assim o primeiro grupo de TILS com nível superior do Brasil na área de tradução e interpretação de língua de sinais.

Em 2010, a lei 12.319 que instituiu a profissão do tradutor e intérprete foi reconhecida. Contudo, os artigos que determinavam a graduação na área de tradução

e interpretação e a criação de um conselho federal para fiscalizar e normatizar a profissão foram vetados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os vetos se justificavam pelo fato de que muitos profissionais que já atuavam não tinham formação na área de tradução e interpretação.

O Decreto 7.612/2011, assinado pela presidente Dilma Rousseff, trouxe novas perspectivas para o cenário de formação dos TILS no Brasil. Esse Decreto criou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite que traça procedimentos do governo federal para a acessão do abarcamento de pessoas com deficiência no Brasil. Nos critérios, o projeto predizia a organização de 27 (vinte e sete) cursos de Letras Libras (licenciatura), para a formação de professores e bacharelado para a formação de tradutores e intérpretes e, também de 12 (doze) cursos de Pedagogia Bilíngue nível superior (BRASIL, 2013), garantindo às pessoas surdas a possibilidade de uma educação bilíngue. De acordo com esse instrumento legal, há destinado incremento para a abertura de cursos de formação de TILS no território brasileiro.

Por esses momentos e contextos é que o trabalho do TILS instituiu-se e permanece a se instituir. O empoderamento da comunidade surda e a urgência de posicionamento de múltiplos profissionais requereram a necessidade deste trabalho, desta profissão. O terreno de trabalho que se expande e se afirma com os programas de inclusão social, inclina-se progressivamente para espaços mais diversos de laboração.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Em conformidade com os estudos qualitativos, o presente artigo está ancorado nos estudos qualitativos, documentais e bibliográficos configurando conhecimento científico como exercício intelectual voluntário que procura compreender a realidade que orbita a sociedade (SANTOS,2001).

A pesquisa documental interpreta a busca de circunscrita demanda, por meio de observação de documentos produzidos pelo homem que apresentam a configuração de contemplar, entender e localizar um demarcado acontecimento social. Explorar documentos exige uma reflexão perante quem organizou o documento (CALADO, FERREIRA, 2004). Por esse motivo, é preciso habilidade por parte do pesquisador para que não haja envolvimento com a atividade a ser desenvolvida.

Calado e Ferreira (2004, p.3), sobre isso explicam:

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Os documentos são caminhos importantes em pesquisas que procuram analisar os diversos e inúmeros discursos que constituem os cenários ideológicos. O estudo de um texto escrito pode facilitar o entendimento sobre regras e normas que direcionam as relações de determinados grupos sociais que formam os contextos ideológicos. Um texto escrito pode ter pontos de vista múltiplos em vários cenários e os momentos históricos interferem na visão e interpretação. Assim, documentos são entendidos como conceitos sócio-históricos que coordenam e certificam hábitos coletivos, ideias e valores (HODDER, 2002).

Buscando apreender sobre os currículos dos cursos de graduação que formam o tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, essa investigação observou, nesse instrumento, disciplinas que poderiam discorrer, em seus conteúdos, os artefatos culturais surdo. Concebendo aqui como artefatos culturais surdo a reconhecimento cultural, garantindo suas tradições culturais, suas histórias negligenciadas reconstruídas em uma cultura de reconhecimento. Para conceder a promoção social, os Movimentos Surdos buscam, na literatura surda, seu fundamento alicerçado para se refutar a literatura ouvinte (OLIVEIRA, 2015). Sobre essa literatura, Karnopp e Machado (2011, p.3) explicam:

Utilizamos a expressão “literatura surda” para histórias que têm a língua de sinais, a questão da identidade e cultura surda presentes nos textos e nas

imagens de livros de literatura infantil. A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de determinada comunidade linguística, é constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, pelas lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais. O material, em geral, reconta a experiência das pessoas surdas, no que diz respeito, direta ou indiretamente, à relação entre as pessoas surdas e ouvintes, que são narradas como relações conflituosas, benevolentes, de aceitação ou de opressão do surdo.

Seguindo esses pressupostos, foram analisados currículos de três universidades públicas federais da região sudeste do Brasil que oferecem cursos de graduação de tradutor intérprete de Libras. A escolha pela região sudeste deve-se ao fato de ser a região com maior número de universidades federais que oferecem essa especificidade de graduação. A Tabela, é uma amostra da matriz curricular de cada curso, especificamente das disciplinas que contemplam mais possibilidades de mediação com os artefatos culturais surdo.

Tabela – Possibilidades de mediação com artefatos culturais em universidades da região sudeste do Brasil

CONTEÚDOS	UNIVERSIDADE I	UNIVERSIDADEII	UNIVERSIDADE III
Multiculturalismo e surdez			
Participação em eventos artísticos e culturais			
Tópicos da história da literatura			
Literatura Surda I e II			
Tradução de textos literários			

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Os conteúdos da Tabela compõem a grade curricular dos cursos e são distribuídos ao longo dos períodos cursados. Nas ementas apresentadas, há uma abordagem global sobre o tema literatura surda. A universidade III não faz um aprofundamento na cultura surda e traz uma compreensão sobre surdez com aspectos relacionados à área clínica, considerando surdez com enfoques ainda fisiológicos. Os Estudos Surdos não têm somente a aplicabilidade de apontar o *status* linguístico da

língua de sinais, a identidade e a cultura surda. Estes estudos propiciam à cultura surda falar de si mesma em outro contexto. Saindo do patológico para o cultural. A formação de tradutores e intérpretes deve ser alocada em departamentos que discorram sobre tradução e línguas. Do contrário, o olhar patológico sobre os surdos persiste de forma velada. Dentre as universidades da região sudeste, a universidade III está ligada a um departamento que não tem ligação com a tradução nem com a linguística. Dessa forma, fica cognoscível a terminologia do conteúdo mediado durante o curso: Multiculturalismo e Surdez.

Para Perlin (2006), a cultura surda, como distinção, se estabelece em um movimento fundador. Práticas e símbolos, em nenhum momento, são alcançados ou similares à cultura ouvinte. Ela é ordenada por uma configuração de dinâmica visual.

As histórias e as representações da cultura surda, caracterizada pela experiência visual, são corporificadas em livros para crianças de um modo singular, em que o enredo, a trama, a linguagem utilizada, os desenhos e a escrita dos sinais (SW) evidenciam o caminho da autorrepresentação dos surdos na luta pelo estabelecimento do que reconhecem como suas identidades, legitimando sua língua, suas formas de narrar as histórias, suas formas de existência, suas formas de ler, traduzir, conceber e julgar os produtos culturais que consomem e que produzem (KARNOPP; MACHADO, 2011, p. 14).

A ação da cultura surda está norteadada também para a formação dos TILS, para sua atuação cultural e coletiva. Em grau epistêmico, a forma de pensar a cultura surda, as interposições culturais, os jogos de poder, as combinações em torno das modalidades interpretativas são inquirições inerentes à formação desses profissionais que devem compor a grade curricular dos cursos de graduação (PERLIN, 2006).

CONSIDERAÇÕES

A formação do profissional tradutor e interprete de Libras deve primar por currículos que contemplem as questões pautadas aqui, buscando priorizar uma instrução que valorize uma imersão cultural na comunidade surda. Santomé (2011), ao argumentar que a finalidade das instituições de ensino deve ser o de levar a nos

conhecer e a conhecer o outro, aqui, o outro surdo. Torna-se, pois, inescusável que os currículos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais arquitetem possibilidades em que o aluno possa estabelecer relações de alteridade com o outro surdo, haja espaço para imergir em um universo onde o silêncio tenha cores, onde o olhar, o visual seja o “som” sentido. Essas sensações geram a expectativa de construção de conceitos novos sobre a diferença.

Compreender uma ação de desimpedimento ao outro, contribui para o desejo de conhecer as peculiaridades desse outro. Seus saberes, seus sonhos, os modos de vida. Abrir-se ao outro deve ser umas das bases para edificação de relacionamentos de diálogo e colaboração. Em síntese, a finalidade da existência das instituições educativas deve ser: conhecer a nós e ao outro (SANTOMÉ, 2011).

O diálogo com a cultura surda, nos cursos que formam o TILS, é substancial para que a tradução e interpretação discorram não somente com as línguas envolvidas, mas que a configuração e a conformação da outra cultura sejam percebidas em suas sutilezas. E, para que as particularidades do outro sejam sentidas é necessário fragmentar as concepções construídas em relação ao outro, no tocante à diversidade.

Por compreender que a cultura é elemento que faz da tradução e interpretação um exercício intelectual imperioso, quão profundo e que o assenhramento de uma cultura estrangeira é um saber intenso e vívido, porque implica apropriação de conhecimentos, perspectivas e concepções, a formação do TILS deve proporcionar uma relação horizontal com o Povo Surdo conduzindo a uma proximidade cultural agradável. Para que as zonas de convívio ou zonas de interstício se organizem de forma a intermediar culturas, respeitar a independência e a diferença linguística dos enunciadorees é necessário primeiro, quebras com a perspectiva etnocêntrica.

Um currículo que contemple uma educação crítica e libertadora exige uma investigação para averiguar se os conteúdos, as metodologias, os objetivos respeitam e reconhecem as necessidades dos diferentes grupos sociais que convivem no ambiente educacional. O currículo deve ter a voz do outro. Suas perspectivas, necessidades e esperanças (SANTOMÉ, 2011).

Perlin e Strobel (2014, p.20) sobre isso, afirmam:

[...] anular o passado e requerer o presente se mostrou como artefato cultural para os surdos. Um passado imerso na obrigação de serem ouvintes e, em função disto, aceitar que os outros fizessem a sua história, os dominassem, se tornou a marca mais deprimente. Diante disto, surgem novos feitos e novas interpretações no cotidiano. Neste sentido, se prosseguirmos com as velhas realidades, narradas como que no tempo colonial, perigamos escrever uma história de holocausto, de dominação, de lamentos. Mas, não é por aí. Temos outros caminhos que, mesmo desconhecidos, merecem ser trazidos à tona, vivenciados e narrados por constituírem a genuína história natural e cultural dos surdos. De fato, temos nossas lutas de significação quais sejam: a busca por educação bilíngue, por políticas para a língua de sinais no Brasil, pela abertura das portas das universidades, por posições de igualdade, por ter intérpretes de língua de sinais e por serem válidos os nossos.

Os currículos e as disciplinas devem compreender que a história cultural dos surdos se apresenta como campo de saber com capacidades infinitas e pode ser interpelada em configurações multidisciplinares. A história de um grupo ou comunidade interpõe a construção do conhecimento, expressando os processos sociais, as lutas, e as políticas porque está evidente no mundo. As narrações surdas se desvelam como esfera onde o respeito à língua de sinais, cultura surda e hábitos são registrados pelo sujeito que vive essa história, o surdo. A grade curricular desses cursos deve fomentar estratégias que possibilitem a coesão de compromissos interdisciplinares para que os futuros TILS possam ter a possibilidade de construírem atitudes interpretativas e tradutórias imersas na cultura surda.

Assim, o TILS, ao traduzir ou interpretar, disporá de possibilidades de criar outros sentidos consigo, estabelecendo relações de atitudes éticas com a comunidade surda. Uma vez que, enquanto profissional, o TILS deve sempre ter consigo aquele inquietar-se que o leva a ser melhor consigo mesmo e com o outro surdo (MARTINS, 2013).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto de número 5.626. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 26 jul. 2013a.
- BRASIL. Lei de número 10.346. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em 26 jul. de 2013b.
- CALADO, S. dos S; FERREIRA, S. C dos R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>
- HODDER, I. (2002). The interpretation of documents and material culture. In N.K Denzin & Y.S. Lincoln, **Collecting and interpreting qualitative Materials** (pp. 110-129). London: Sage Publications.
- KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, MárciaLise. Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira. In: **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.
- LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARTINS, Vanessa Regina de oliveira. Posição-Mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. Tese (doutorado). Universidade estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2013
- NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo**: elementos verbo-visuais na produção de sentidos. (Dissertação). Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2011.
- NASCIMENTO, M. V. B; MARTINS, V. **Da Formação Comunitária à Formação Universitária (e vice versa)**: novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 78-112, jul-dez, 2015.
- OLIVEIRA, S. M. **Educação de surdos e currículo**: reflexões acerca do reconhecimento da língua de sinais e dos artefatos culturais surdo / Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação Sônia Marta de Oliveira. Belo Horizonte, 2015. 86 f.: il.

PERLIN, G. “**A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais**”, *ET Educação temática digital*, Campinas, v.7, n.2, jun/p.135-146, 2006.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **História cultural dos surdos**: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR

QUADROS, Ronice Müller de. **Situando as Diferenças Implicadas na Educação de Surdos**: Inclusão/Exclusão. *Revista Ponto de Vista*, N.5. NUP. UFSC, Florianópolis, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. SZEREMETA, J. F.; COSTA, E. FERRARO, M. L.; FURTADO, O.; SILVA, J. C. **Exame Prolibras**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOMÉ, J.T. **O cavalo de Tróia dos Conteúdos Curriculares**. *Educação Crítica. Análise Internacional*. Org. APPLE, Michael, AU, Wayne, GANDIN, Luís Armando. Tradução: Vinícius Figueira. Artmed, 2011.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 144p.

SANTOS, S. A. **Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. (Tese) Doutorado em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.